



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ATA Nº1 – Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 24 de fevereiro de 2017

No dia vinte e quatro de fevereiro do ano de dois mil e dezassete, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação e votação da ata nº 5ª da sessão ordinária do dia 21 de dezembro, do ano 2016;

2 – Expediente para conhecimento;

3 – Período Antes da Ordem do Dia;

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 - Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

4.2. Pedido de apoio financeiro, formulado pela União de Freguesias de Meixedo e Padornelos destinado a apoiar a obra de construção da Casa Mortuária de Codeçoso;

4.3. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2017 / Artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela lei nº 22/2015;

4.4. Aquisição de Serviços de Auditoria Externa;

4.5. Proposta de alienação do prédio denominado “Quinta da Veiga”, formulada pela DGTF;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.6. Minuta de contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, no âmbito do regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros;

4.7. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Ana Maria Martins Fernandes, residente na rua Casal de Marcos, nº 186, Montalegre, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11);

4.8. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Leonor Jesus Carvalho Vaz Silva, residente na rua Central nº 7, Alto Fontão, Cervos, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11);

4.9. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Amílcar António Carvalho Cardoso, residente na rua da Fonte, nº 25, Pincães, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11);

4.10. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Amílcar António Carvalho Cardoso, residente na rua da Fonte, nº 25, Pincães, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11);

4.11. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Amílcar António Carvalho Cardoso, residente na rua da Fonte, nº 25, Pincães, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11);

4.12. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Alexandre Dionísio Silva Antunes residente em Mourilhe, União das Freguesias Cambeses, Donões e Mourilhe, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.13. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Fernanda Maria Antunes Gonçalves Silva, residente na rua Principal, nº 15, Santa Marinha, Ferral, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11);

4.14. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Nuno Sousa Afonso Júnior, residente na rua das Coalheiras, nº 11, Pereira, Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11);

4.15. Proposta de Regulamento do Prémio Literário "Bento da Cruz";

4.16. Representantes a designar pela Assembleia Municipal para fazerem parte da CPCJ de Montalegre;

4.17. CPCJ / Relatório Anual de Atividades e Avaliação, relativo ao ano de 2016;

4.18. EHATB / Relatórios de Execução Orçamental 3º trimestre 2016 / Para conhecimento;

4.19. EHATB / Plano de Atividades e Orçamento para 2017 / Para conhecimento;

4.20. AMAT / Opções do Plano e Orçamento para 2017 / Para conhecimento;

5 – Período após a ordem do dia.

Efetuuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes trinta e oito membros, à exceção de Joaquim Babo, Carla Rodrigues, Nuno Pereira, Clotilde Gomes, Alda Malho, António Eduardo Santos, José Miranda Alves, Ana Maria Martins, Márcio Azevedo, Isabel Cosquete, Rui Duarte, Lúcia Jorge e João Santos.

No prazo legal, justificaram as faltas da sessão o anterior os deputados António Ferreira, Sandra Pinto, Manuel Duarte, Alda Malho, Ana Maria Martins, José Carlos Costa, Rui Duarte, Paulo Pinto e Ricardo Moura.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves estiveram presentes os Vereadores António Gonçalves Araújo, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Paulo Jorge Miranda da Cruz, José Duarte Crespo Gonçalves e Maria Elsa de Moura Minhava.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Apreciação e votação da ata nº 5ª da sessão ordinária do dia 21 de dezembro, do ano 2016;

A ata da sessão ordinária do dia 21 de dezembro de 2016 foi posta à consideração, tendo o deputado João Soares feito alguns reparos.

O deputado João Soares disse que no registo da ata anterior, quando prestou homenagem ao mentor da marcha de Montalegre, Monsenhor Minhava, professor de tantos barrosões, na parte final diz “foi ele que o motivou a visitar Montalegre e por aqui ficou” e não foi isso que disse. Disse que teve o grato prazer de estar pela primeira vez na sua vida em Montalegre integrado no orfeão do Seminário de Vila Real, que aqui veio em 20 de Maio de 1956 à inauguração da Igreja Matriz de Montalegre, e foi aqui que o orfeão atuou, cantando na missa e posteriormente apresentou pela primeira vez a marcha acabada de fazer. Três semanas depois o mesmo orfeão estava a inaugurar a igreja das Minas da Borralha e quis o destino que nove anos depois ele voltasse a Montalegre, concelho este que o veio a adotar.

Posta a votação, a ata foi aprovada por maioria com quatro abstenções dos deputados Manuel Duarte, Sofia Fernandes, Fátima Crespo e Sandra Rua Pinto.

2 – Expediente para conhecimento;

Não foi recebido expediente.

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

Inscreveram-se para intervir os deputados João Soares, Acácio Gonçalves, Ana Isabel Dias, Domingos Vasconcelos, Fátima Crespo, Marco Sousa, Ricardo Moura, José Carlos Costa, Paulo Barroso, Fernando Rodrigues e Pedro Barroso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado João Soares disse que, nesta data fazia alguns anos que tinha falecido um seu irmão no ultramar e também nesta data estavam de parabéns o Padre Fontes e o saudoso Dr. Bento da Cruz.

Falou da homenagem a Bento da Cruz no dia em que se celebrava o seu aniversário. António Chaves assinalou a data com o lançamento de um livro e a autarquia associou-se a essa iniciativa de homenagem a um grande barrosão.

Também o agrupamento de escolas o homenageou da melhor forma. É um bom sinal e ler a sua obra é o melhor reconhecimento. É bom ver figuras, que outrora recusaram que o seu nome fosse atribuído à escola, agora envolvidos na homenagem.

Disse que Montalegre é uma marca com os seus eventos mas agora revela-se com mais um: o centro interpretativo das Minas da Borralha que desperta o interesse de muita gente. É uma potencialidade turística e de trabalho. No fim de semana passado, Montalegre esteve cheio de gente com muitas iniciativas. A Dra. Sofia Dias, com dedicação, está a criar uma dinâmica que o espaço merece. As imagens divulgam-se pelas redes sociais e em apenas um ano receberam 1100 pessoas é um bom sinal. Valeu a pena o investimento e valia a pena também que todos os deputados da assembleia passassem por lá para valorizarem o espaço.

O deputado Acácio Gonçalves disse que se consta que a Câmara Municipal de Montalegre está a ceder funcionários a empresas privadas, mas não queria acusar o Presidente da Câmara de peculato pois isso é punível por lei.

O deputado Acácio Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: " Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente do Executivo Municipal, Senhores Vereadores, Senhores deputados, meus senhores e minhas senhoras: em 2014 a Comissão Europeia apresentou um Fundo – Fundo Europeu de Apoio a Carentes que substitui o anterior programa comunitário de apoio a carenciados, pretendendo reforçar a coesão social na Europa, cabendo-lhe reforçar o programa vigente, como instrumento financeiro à distribuição de alimentos a quem deles mais necessita por variadas razões.

Porque temos a consciência que em 2016 essas famílias não tiveram essa distribuição de alimentos e também provavelmente não terão em 2017, perguntamos onde estão as vozes que outrora reivindicaram, no passado, junto do então governo de coligação de direita mais apoios sociais? Onde está o papel da Rede Social, nomeadamente do Conselho Local de Ação Social Municipal, CLAS, presidido pela autarquia local de Montalegre? Sendo assim, apresentamos a seguinte proposta de deliberação: "CDS – Partido Popular, Assembleia Municipal de Montalegre,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

vem propor a esta Assembleia que questione o Governo sobre quando e em que moldes ocorrerá a distribuição alimentar aos mais carenciados neste concelho.

Para os cidadãos menos atentos, poderá ter passado despercebido o facto de no ano de 2016 não ter havido distribuição alimentar aos mais carenciados, a qual tem vindo a ser realizada desde há 30 anos, através do programa Comunitário de Apoio Alimentar a Carenciados – PCAAC. Este programa europeu distribuiu alimentos a quem deles mais necessitava, pelas mais variadas razões.

No âmbito dos novos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, a Comissão Europeia apresentou em 2014, um novo fundo – Fundo Europeu de Apoio a Carenciados – FEAC, o qual, substituindo o anterior Programa, pretende reforçar a coesão social na União Europeia. Este novo instrumento financeiro tem como objetivo específico atenuar as piores formas de pobreza auxiliando na prestação de assistência não-financeira às pessoas mais necessitadas. Deste modo, visa contribuir para a redução do número de pessoas em risco de pobreza e exclusão social que se quer de menos de 20 milhões, conforme meta afixada na Estratégia Europa 2020, fornecendo apoio não financeiro, mas em géneros alimentícios.

Temos plena consciência de que a crise económica e financeira dos últimos anos tornou mais pungentes situações de pobreza extrema e de exclusão social. Temos plena consciência de que as condições, por vezes muito adversas, que todos tivemos de enfrentar nestes últimos anos, trouxeram dificuldades nas condições de vida e até de sobrevivência para muitos setores e grupos sociais, sofrendo de privação material, como seja a alimentação.

E é porque temos consciência do apoio que estas famílias não tiveram em 2016 e porque não sabemos quando o terão em 2017, que perguntamos onde estão as vozes que a propósito de muitos assuntos reivindicaram, no passado, junto do Governo, mais apoios sociais, aumento da comparticipação estatal nos acordos de cooperação que colaboraram na implementação de uma rede de cantinas sociais. Onde está o papel da Rede Social, nomeadamente do Conselho Local de Ação Social, presidida pela Autarquia?

Portugal criou em 1997, o Programa Rede Social, um instrumento de trabalho conjunto, único na Europa, o qual tem de assumir uma postura ativa de ir ao encontro das diferentes entidades que atuam no domínio social, suscitando a sua participação. E é esta falta de proatividade e de participação solidária e cidadã que questionamos, pois uma das principais missões destas estruturas é articularem entre si e o Governo a respetiva atuação, com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social e à promoção do desenvolvimento social, devendo atribuir prioridade na sua ação às pessoas e grupos sociais atingidos pela pobreza e pela exclusão social.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

É porque o CDS-PP, partido humanista, se preocupa com as pessoas, é porque o CDS-PP sabe bem as dificuldades impostas às pessoas nos últimos anos, devido a uma gestão socialista desastrosa, que quase nos levou à bancarrota, é porque o CDS-PP sabe das privações materiais que os excluídos dos mais excluídos sofreram e ainda continuam a sofrer que apresentamos esta proposta de deliberação.

Nesse contexto, todos sabemos, como a consciência individual de cada um sabe, como a consciência social se apercebe, no nosso concelho, vários beneficiários, adultos, idosos e crianças, não poderão ficar privados de uma necessidade básica do ser humano, a alimentação, como já aconteceu em 2016, sem que ninguém, à exceção do CDS tenha levantado a questão.

Assim, com base na alínea j) do nº2 do artº25º e alínea j) do nº1 do artº30º - ambos da Lei 75/2013, propomos que a Assembleia Municipal delibere mandar o Senhor Presidente da Assembleia para: 1 – perguntar ao Governo de Portugal quando e em que moldes ocorrerá a distribuição alimentar às populações mais carenciadas do nosso Concelho; 2 – perguntar ao Governo de Portugal se é verdade que pretende reduzir, em grande número, os beneficiários da ajuda alimentar aos mais carenciados, passando apenas para 60.000 por ano em todo o País; 3 – perguntar ao Governo de Portugal como pretende alcançar todo o país, e em concreto a população carenciada da nossa autarquia, com o novo modelo; 4 – apelar ao Governo Português para que altere a sua resposta face a esta crise e que envide todos os esforços para garantir as condições necessárias que sirvam o interesse de vários beneficiários do nosso concelho, especialmente adultos, idosos e crianças que não podem ficar privados de alimentação, como aconteceu no passado recente, designadamente, em 2016. Assinado, o deputado municipal Acácio Gonçalves”

Entregou, ainda, o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente do Executivo Municipal, Senhores Vereadores, Senhores deputados, meus senhores e minhas senhoras: Voltando à saga da Creche da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre, o Senhor Provedor Fernando Rodrigues e Presidente desta Assembleia Municipal, arroga-se no direito que com o seu abuso de linguagem, ameaçar, humilhar e acusar conseguindo escorraçar todas as pessoas que interfiram na sua esfera de influência.

Vejamos o que se passou na última sessão da Assembleia Municipal e que está transcrito em ata: a ameaça de que esteve para me cortar a palavra por abuso e incidência (ponto 4.4 da ata nº5) e a seguir acusa-me de ter tido uma atuação abusiva e confusa pensando que estava na assembleia da Santa Casa da Misericórdia.

Senhor Presidente, com o devido respeito com que sempre tratei os cargos que o Senhor desempenha, permita-me que lhe diga que não estou para aturar os seus devaneios e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

humilhações e muito menos permitir esses chorrilhos de palavras, podendo-me cortar a palavra como está habituado a fazê-lo à oposição mas há duas coisas que não conseguirá fazer: a primeira é cortar-me o pensamento e a segunda é apagar aquilo que vou deixando escrito para que os vindouros leiam e avaliem o que é abuso e incidência” nas instituições da nossa terra.

Analisando bem, o que fiz de mal ao mandar transcrever uma exposição dos encarregados de educação dos utentes da creche da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre? Não estou arrependido de o ter feito e sabe porquê? É simples a resposta. Pertencço a uma associação política chamada CDS/PP que têm os seus associados o dever e o direito de dar a conhecer ao público em geral, nos órgãos nacionais e do Município aquilo que é de louvar e também tudo aquilo que é de criticar.

No dia seguinte (22/12/2016) à sessão da Assembleia Municipal sai o seguinte comunicado da Santa Casa da Misericórdia: “Exmos. Senhores: Ontem, na Assembleia Municipal de Montalegre, de forma inusitada, foi lida, como arma de arremesso político, pelo líder do CDS, a carta que tinha sido enviada por e-mail para o Provedor pela mãe Célia Marques, em nome das mães dos alunos da creche. Quero informar que, confirmando-se a decisão das mães em colocar o assunto na praça pública e na chicana política e partidária, desconsiderando dessa forma o diálogo com esta instituição, fica sem interesse, e assim sem efeito, a reunião que tinha sido anunciada na carta que enviei a todas as mães. Montalegre, 22 de dezembro de 2016. Assinado o provedor, Fernando Rodrigues”, acusando o líder do CDS de ter lido a exposição nessa Assembleia Municipal “como arma de arremesso político”, ameaçando as mães que a confirmarem-se a colocação do assunto na praça pública e na chicana da vida política, ficaria sem interesse e sem efeito a reunião agendada. Assinado, o deputado municipal, Acácio Gonçalves”.

A deputada Ana Isabel Dias entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Camara Municipal de Montalegre e restante executivo, Senhores vereadores, Caríssimos colegas desta Assembleia e demais presentes, Bom dia a todos.

Já tive oportunidade de me dirigir, noutras alturas, a esta Assembleia para partilhar algumas reflexões sobre o trabalho desenvolvido neste Município (e por este Município) no que respeita aos diferentes domínios de gestão e intervenção.

Hoje quero aqui deixar uma reflexão pessoal, mas também com cunho empresarial, relativa às duas grandes iniciativas que decorreram no mês de Janeiro: a Sexta 13 e a Feira do Fumeiro.

Quanto à sexta 13, note-se que este evento nasceu contra a vontade e com críticas mordazes do PSD que ridicularizava aquele que veio a ser considerado o melhor espetáculo de rua de Portugal. É por isto que, hoje mais do que nunca, faz sentido deixar o reconhecimento à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

organização e todos os envolvidos pois, mesmo tratando-se de um mês de frio e decorrendo a iniciativa a 15 dias da Feira do Fumeiro, não se baixaram os braços e a festa foi um sucesso. Sabemos que, naturalmente, há que pensar recorrentemente os projetos para serem identificadas as dificuldades e a forma de as ultrapassar. É notório que este trabalho tem vindo a ser feito pois o evento tem cada vez mais sucesso, aderentes e surpresas. Deixo aqui o meu reconhecimento e agradecimento aos envolvidos por me deixarem tão orgulhosa quando, pelos concelhos onde desenvolvo a minha atividade profissional, me falam da famosa Sexta 13 e me dizem "também aqui queríamos uma coisa assim".

A outra iniciativa de relevo é excelência é, pois claro, a nossa grande Feira do Fumeiro, a Rainha das Feiras!

Começar por dizer que esta grande iniciativa, criticada sempre pelo PSD, que chegou ao enxovalho de espalhar panfletos (da JSD) na própria feira contra os produtos e os produtores, numa fase que o certame mais precisava de apoio, chegou hoje a um nível que certames da mesma natureza não conseguem alcançar.

E, como munícipe mas também na vertente empresarial, para me referir a este evento, vou recorrer às palavras do Presidente da Associação de Produtores de Fumeiro da Terra Fria Barrosã, o Sr. Boaventura Moura que no final da Feira, em declarações à comunicação social, referiu o seguinte: «Faço o melhor balanço possível. Ultrapassou, de longe, as nossas expectativas. Todos os dias foram bons. Contudo, o sábado é sempre destinado a grandes vendas. Todos os produtos tiveram bom escoamento (...). Um produtor trouxe este ano 800 quilos de alheiras e esgotou no sábado. O espaço foi melhorado. O "Fun Zone" foi uma grande ideia. Cá estaremos em 2018».

Ora, estas palavras, revelam bem o sucesso que foi a nossa Feira do Fumeiro neste ano de 2017 e o salto qualitativo que tem vindo a mostrar ao longo destes 26 anos em que se realiza.

A feira é um grande sucesso mas, como tudo, e como a Câmara pretenderá, exige sempre modernização para continuar a crescer. É por isso que são analisados os pontos fortes e os pontos fracos e corrigidos os erros, no sítio certo, para melhorar sempre a qualidade e o negócio e para que a Nossa Feira continue a ser a feira das feiras, a ter a boa imagem e projeção do concelho enfim, a ser orgulho dos Barrosões.

É a exigência em melhorar sempre que nos tem feito crescer. Nós valem, de facto, pelos produtos de qualidade que aqui produzimos e que em boa hora, há 26 anos um executivo socialista teve o rasgo de ver, valorizar e investir. Esta capacidade de projetar o futuro mostramos que ser do interior não é uma fatalidade!

E neste ponto permitam-me aqui fazer também uma referência ao Governo Socialista que com o Programa Nacional de Coesão Territorial vai trazer ação e devolver ao Interior a dignidade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

que lhe é merecida. Refira-se, por exemplo, a taxa de IRC que para as empresas instaladas no Interior é mais reduzida (12,5%), mostrando que a prioridade do Arco da Governação é encontrar as melhores condições e priorizar estas zonas.

Relembrar novamente que a Feira do Fumeiro de Montalegre nasceu há 26 anos, como já referi, sendo uma marca da gestão socialista, para escoar os produtos regionais e atrair turistas e, volvidos estes anos, sabemos e afirmamos ser uma aposta ganha!

E disto todos nos devemos orgulhar, pois o reconhecimento público e nacional plasmado e bem divulgado na comunicação social, nos jornais nacionais e difundido nas redes sociais, não poupam nos elogios que nos dirigem. Também deles devemos ser merecedores com humildade, é certo, mas também com a vaidade que quem faz acontecer!

Finalmente, à semelhança do que estamos habituados, este pedaço de reino maravilhoso, exemplarmente pensado e responsabilmente gerido, ontem, como hoje, mantém a capacidade de pensar, realizar e projetar o concelho no futuro. Muito obrigada por isso! Assinado, a deputada municipal, Ana Isabel Dias.”

O deputado Domingos Vasconcelos disse que é o 4º ano de mandato presidido pelo Sr. Orlando Alves. Apelou aos deputados da assembleia que se mantenham serenos, sem crispações pois pelo que se assiste já se nota muita agressividade de ambas as partes.

Disse que o líder do CDS ultrapassou o tempo de intervenção, mas como estava a discutir assuntos que diziam respeito ao Presidente da Assembleia, este cortou-lhe a palavra. Não pode ser assim.

Falou de problemas no caminho das Godinhas pois continua sem condições e em muito mau estado. Um muro em Vila Nova também está a desmoronar. Com as intempéries, na estrada de Ferral viram-se muitas árvores caídas na estrada e deviam ser tomadas medidas.

Disse que, pela primeira vez, esteve presente na sexta 13 e ficou surpreendido com tanta gente e com a envolvimento do espetáculo e do evento. Traz muitas valias para o concelho.

A deputada Fátima Crespo entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas. Na sequência do episódio que me aconteceu na reunião da assembleia municipal de 21 de dezembro de 2016, queria agradecer muito a todos vocês, meus amigos, a preocupação, o carinho e a amizade manifestadas através do telefone, dos emails, SMS e até visitas pessoais. Essas manifestações de apoio foram, para mim, de valor inestimável. Sinto-me privilegiada por fazer parte deste grupo de pessoas maravilhosas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Dizer obrigada não é suficiente para vos agradecer. Para todos um grande, grande abraço e nele a certeza da minha sincera amizade. Assinado, a deputada municipal Fátima Crespo.”

O deputado Marco Sousa entregou o seguinte documento à Mesa: “1) Na sequência da realização do programa televisivo “Prós e Contras”, sobre o tema “Despovoamento e interioridade”, emitido na passada segunda-feira 20 de Fevereiro, em direto a partir de Vila Real, a coligação PSD/CDS/PP entende por bem apresentar à discussão e aprovação a proposta com o seguinte teor: o referido programa tinha por base o tema “Despovoamento e Interioridade” criando nos telespectadores muita curiosidade e alguma ansiedade pelo tratamento de temas que afetam todos os residentes do interior do país e não será alheio à generalidade dos portugueses.

Acontece que o programa não debateu os reais problemas do despovoamento nem praticamente se falou de interioridade. O debate ficou-se pela promoção de 3 cidades capitais de distrito e seus representantes e pela abordagem de assuntos ligados ao Douro e ao Vinho. Mesmo os exemplos citados de jovens empreendedores pouco ou nada tinha a ver com as potencialidades do interior transmontano.

Isso constitui uma frustração enorme para todos os que estavam à espera de que os problemas do despovoamento e da interioridade fossem debatidos e afinal nem sequer deles praticamente se ouviu falar.

Pelo exposto, a coligação PSD/CDS/PP propõe que esta assembleia aprove uma moção de descontentamento pela forma como a realização do referido programa foi conduzido na justa medida em que serviu tão somente para a promoção das capitais de distrito presentes no painel (Guarda, Évora e Vila Real) e não deu a devida relevância aos muitos problemas com que se debate o interior e que são a causa do seu despovoamento que esta a atingir proporções alarmantes de tal maneira que devem preocupar todos os portugueses.

Mais se propõe que esta proposta seja enviada à direção da RTP, Assembleia da República e ao primeiro-ministro para conhecimento e procedimento adequado.

Relativamente à situação anómala acerca de um funcionário da Câmara já mencionada na última assembleia, perguntou em que pé está a situação e se o presidente pode adiantar informação acerca do mesmo.

Falou sobre o painel led colocado na Avenida Nuno Álvares Pereira, comprado ao deputado Paulo Barroso por 28.500€. No entanto, ninguém lhe conhece atividade profissional nessa área. A sua atividade nas finanças é como comércio a retalho de venda de tapetes, cortinados e carpetes. Como CAE secundário está previsto comércio de vestuário para adultos e estabelecimentos. Analisa-se o ajuste direto feito há um ano da venda do led. Perguntou ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Senhor Presidente da Câmara quais foram as garantias que o fornecedor em questão, especializado em venda de cortinados e carpetes, ofereceu para aquisição do produto. Julga que em Montalegre há empresas mais indicadas para vender o painel led. Não se vai pedir a um restaurante uma fatura com dois cortinados, duas cuecas e 1 tapete.

O deputado Ricardo Moura disse que as guerras nunca deixam coisas boas. Frisou que a sua fotografia apareceu plasmada duas vezes consecutivas nos jornais da terra. Não é inocente e sabe bem o que pretendem com isso.

Solicitou à Radio Montalegre que organize um debate com ele e com o Sr. Manuel Ramos pois as coisas devem ser ditas frente a frente. Disse que esse senhor devia dar a cara pois qualquer cobarde consegue escrever.

O deputado José Carlos Costa disse que pediu para intervir porque na última reunião foi mencionado o seu nome e esclareceu que pediu a demissão da Academia de Futebol e Futsal Abelhas Azuis por problemas técnicos e com o sentimento de dever cumprido. O que lhe importa é que as pessoas que estavam com ele perceberam as suas razões.

O deputado Paulo Barroso deu os parabéns à Câmara pelo sucesso da Sexta 13 e da Feira do Fumeiro. São estes eventos e iniciativas que dão alento e força de continuar a lutar por um concelho melhor.

Convidou todos os deputados a participar em todos os carnavais organizados pelas aldeias do concelho.

Relativamente ao número de contribuinte que o Marco Sousa falou, disse apenas que este está associado a 5 empresas, mas pensa que se esqueceram de mencionar isso. É lamentável que isso aconteça.

O deputado Fernando Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: "Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e senhores deputados municipais. Vivemos hoje na política local uma situação semelhante à da política nacional: A agonia da oposição. Pior a nível local porque o partido que foi maior, enorme, tornou-se quase irrelevante e vive uma situação penosa, que se agrava em cada ato eleitoral. Não faz o seu serviço e desgasta-se em confrontos e ataques, perde credibilidade e, conseqüentemente, perde votos e abate-se a si próprio quando nega a realidade e cria outra que não existe.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

No país, o partido que durante a troika escondeu o caus dos bancos, que deixou fugir 10 mil milhões de euros para offshores, que retirou direitos e espalhou desemprego e pobreza, fica furioso com os resultados deste governo.

Vinha aí o diabo, diziam. Mas agora já só pensam em jogadas baixas para prejudicar o banco público e afetar a imagem de um ministro que é só o responsável do mais baixo défice da democracia.

As previsões do Governo eram irrealizáveis e, afinal, aqui temos o défice cumprido e abaixo do previsto, o desemprego a baixar e mais gente a descontar para a segurança social. Aqui temos a reposição dos salários, a reposição dos feriados, a reposição das prestações sociais. Aqui temos a baixa de impostos e a redução do Iva da restauração. Aqui temos a economia a crescer, mais que na Europa. Aqui temos a paz social e uma nova esperança em Portugal.

Aqui temos, em pouco tempo, a prova de que se podia fazer diferente e melhor, aqui temos a descredibilização das políticas radicais de direita que tanto mal fizeram aos portugueses, sobretudo aos jovens e aos mais carenciados.

E perante esta evidencia, tremem, bocejam, irritam-se, descontrolam-se e... caem nas sondagens. E, tolhidos pelo desespero, criticados pelos seus próprios comentadores até, lançam asneiras, despejam ódio e vingança contra o governo que os desmascarou e que segue o caminho que os portugueses escolheram, honrando a palavra dada e os valores da justiça social.

E onde é que já se viu isto? Precisamente na política local. Por cá o partido da oposição foi tomado por gente que não se interessa pela política nem pelo partido, mas pela satisfação do seu instinto de vingança pessoal. Vive uma máxima da anarquia e da irresponsabilidade: Há governo? Sou contra.

É assim a oposição no concelho. E não é só ser do contra, é do bota abaixo. Tudo o que se faz não serve. Critica-se até o que outrora se reclama. Mas se a controvérsia é a essência da democracia, ela só serve quando se valorizam as ideias, quando se aprofundam as soluções, quando se apresentam melhores resultados.

É isso que faz a oposição?

Não. A oposição já não sabe o que é o poder, há tanto tempo o perdeu, e ninguém os quer em lado nenhum. Mas não sabe também o que é a democracia. E pior do que isso, não sabe o que é o respeito democrático.

Não sabe sequer o que é a decência. Transformou a sua política na indignidade!

Inventam o que desejavam, deturpam, manipulam os factos, multiplicam calúnias, multiplicam o ódio, multiplicam vingança. Cozinham e recozinham e servem novamente tudo requentado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Ninguém consome, nem cheira sequer. E tudo pode, embrulham outra vez e tentam impingir a um qualquer distraído.

É o descalabro.

Desistiram, por incompetência e porque ninguém os segue, do verdadeiro e sério combate político e declararam que não são alternativa ao poder político e organizaram-se num trio de guerrilha exclusiva de ataque pessoal.

Vivem para a indecência quinzenal que lhes serve de diversão, mas que é sempre uma lástima e uma ofensa à nobreza da política e da inteligência das pessoas.

Realmente, pouco pode dar quem é fraco, mas mais fraco se torna quando não é capaz de mais nada e se queda pela ofensa às pessoas e às instituições.

Um amigo, lá longe, mas com o coração cá, desanimado com o seu PSD disse: O PSD não tem candidato para as duas câmaras mais importantes do país: Lisboa e Montalegre. É verdade, e concordamos com ele, trocando a ordem das Câmaras.

Sem candidatos na maioria das freguesias, sem candidato à Câmara, sem postura de responsabilidade, atiram pedras às instituições a ver se atingem alguém e se se fazem notar.

O sórdido ataque pessoal, reprovado socialmente porque contra a matriz cultural dos Barrosões, evidencia o desespero a que chegou aquele que foi o partido da maioria política e quase da unanimidade social.

Onde chegaram!

Hoje, a unanimidade é a de que a oposição não tem ideias, não tem gente, não tem líder, não tem princípios.

E se a oposição ainda desperta alguma curiosidade é porque ninguém imagina quem poderá ser um candidato credível à Câmara, tal é a reputação que atribuem à gente que hoje aí gravita.

Claro que, à falta de gente, há sempre um que atirou o partido para a ruína, que disse que ganhava as eleições sozinho, que criticou e combateu quem representou o PSD, que até apoiou os contrários, que se demitiu e pediu que o seguissem na causa monárquica porque os partidos não serviam, e que regressa, para descredibilizar a política e para desplante e desgraça maior ainda da oposição.

Mas a maioria social já não é a do seu tempo, onde ele ficou e se recoloca, de forma hoje descabida, desajeitada e cega.

Hoje, a maioria social é a nova maioria que se foi construindo com trabalho anterior e com a maioria política de 1989, patente na qualificação das aldeias, na modernização da vila de Montalegre e da de Salto, na defesa dos interesses locais e no prestígio ganho na região e no exterior para o nome de Montalegre.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

É a maioria que se dedica a trabalhar para os Barrosões e que criou uma marca cultural e no apoio social que está em todo o lado e com quem precisa.

A maioria não é só a política e partidária que dirige o concelho, é a maioria social, que esta respeita e com quem colabora, que está fora das guerras políticas e que as reprovamos, nas freguesias, na força e coragem das pessoas que resistem e singram, cá e lá fora, nas associações culturais, sociais, desportivas e noutras instituições onde a oposição é ausente, onde não, participa, onde não é desejada, onde ninguém os quer!

E quem foi assim toda a vida tem agora... o direito para continuar...

O PSD merecia melhor e o concelho também.

E o povo fará o seu julgamento. Assinado, o deputado municipal, Fernando Rodrigues”.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, Exmos. Sr. Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, caros colegas.

Em primeiro lugar queria saber se a Câmara está atenta ao que se passa no Tribunal ou Instância Judicial de Montalegre. É sabido que este perdeu valências e competências, quase não tem funcionários e os três que ali trabalham fazem-nos quase sem condições, como por exemplo, a falta de aquecimento. Acho que o nosso município deve estar atento e seguir o exemplo de outros vizinhos, como Boticas, que fizeram muita pressão e conseguiram reabrir os seus tribunais em Janeiro passado. Montalegre deve lutar para que sejam devolvidas as competências ao seu tribunal pois, por exemplo, se houver um processo que envolva valores superiores a 50 mil euros, já tem de ser julgado em Vila Real, com os consequentes transtornos para os cidadãos envolvidos.

Já aqui se louvaram algumas iniciativas da Câmara e já se disse que esta tem conseguido atrair muitos visitantes. Em janeiro tivemos a Noite das Bruxas e a Feira do Fumeiro. O Presidente, inclusive, deu uma entrevista, a um diário do Minho, a dizer que tem feito um mandato quase exemplar e que por isso vai ser novamente candidato. Desde já lhe dou os parabéns por ser candidato, mas também lhe digo que o autoelogio não lhe fica bem. E não lhe fica bem porque o nosso concelho não está assim tão perfeito. Eu ando todos os dias nos nossos agricultores e oiço as queixas por não conseguirem vender os vitelos. Muitas vezes está a vaca já quase novamente a parir e ainda tem o vitelo do ano anterior por vender. Vem-nos visitar tanta gente e nem assim se escoia a nossa carne, que tem uma qualidade fora de série. O que está a falhar? Sei que vai dizer que eu só sei criticar, mas deixo-lhe uma proposta minha já antiga, e que sei que tem adeptos mesmo na bancada socialista: pelo menos nos dias dos eventos organizados e divulgados pela Câmara, como a “sexta-feira 13”, a Feira do Fumeiro, etc. que os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

restaurantes sejam obrigados a consumir os produtos que a nossa região tem para oferecer como a carne, a batata, as couves. Que se crie um regulamento que obrigue a que isso aconteça. E hoje em dia é muito fácil fiscalizar essa área porque os nossos agricultores já estão todos coletados e passam fatura.

Mas voltando à sua entrevista, acho que o senhor esteve muito mal, sobretudo quando decidiu menosprezar e quase humilhar os emigrantes. Eles que tem sido o sustento desta Câmara socialista ao longo de anos, à custa de mentiras e da campanha que tem sido feita, sobretudo em França, e que agora viram o seu presidente maltratá-los. E vou ler algumas das suas frases infelizes: "Há emigrantes que são podres de rico, (...) muito bem-sucedidos, e não existe ninguém que se aventure a fazer uma aplicação financeira na sua terra, para além da construção de casa e pouco mais. (...) Somos um povo que só se sente verdadeiramente patriota quando joga a seleção. Temos de aprender a gostar do nosso país e a respeitar os símbolos. (...) Aqueles que emigraram foram gente a quem o país nada deu. Saíram de uma terra pobre, de uma vida difícil, de uma aldeia recôndita e foram para uma grande capital mundial, Paris. O deslumbramento da grande metrópole fez com que as pessoas muitas vezes desvalorizassem as terras de onde saíram (...)". No meu entender quem desvaloriza a sua terra e as suas gentes é o Presidente com estas afirmações infelizes e a desastrosa governação socialista do concelho dos últimos 20 anos, incapaz de atrair investidores privados. Afirma que "fez muito bem este primeiro mandato", mas a desertificação continua arrasadora, o nosso concelho continua a ser o mais isolado e afastado das auto-estradas. E acha que fez bem o seu mandato? Fala de muita qualidade de vida mas, sem emprego para fixar os jovens, sem serviços de saúde, e outros, em condições, que qualidade de vida é essa? Passaram quatro anos desde que foi eleito e as promessas para o novo mandato são as mesmas: Estrada de Chaves, Saneamentos que já deviam estar concluídos, a urbanização de Salto, etc. Mas nesta entrevista também foi dizer para os jornais aquilo que não me respondeu quando o questionei na última Assembleia Municipal: que vai gastar mais 2 milhões de euros na Pista automóvel para tentar garantir a prova do Mundial mais 5 anos. Para terminar, e para não dizer que eu só o crítico, vou-lhe dar uma oportunidade de brilhar. Na entrevista o Presidente fala de um "sapatinho recheado" que está para chegar de 4 milhões por ano, mas o Natal só é no fim do ano! Este sapatinho vai mesmo chegar ou vão ser outros 40 anos há espera? Assinado, o deputado municipal, Pedro Barroso".

O Senhor Presidente da Câmara respondeu a todas as questões colocadas por todos os intervenientes, dizendo que quando não se consegue fazer política construtiva, os resultados



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

não podem ser favoráveis. Quem tem votado favoravelmente e aprova tudo por unanimidade não pode pretender fazer-se passar por alternativa.

Disse que a exposição feita pelo deputado Fernando Rodrigues faz um relato exato e espelha a política nacional e local.

Frisou que, como professor primário, gosta de fazer pedagogia e é preciso ver que o povo não gosta que se personalizem os assuntos.

Sobre o que está a acontecer no tribunal de Montalegre, à semelhança de muitos outros no País, é reflexo das medidas tomadas pelo governo do PSD.

Sobre o programa da RTP "Prós e Contras", disse que a entrevista foi o que foi. Quem conduz os assuntos é o jornalista moderador e generalizaram-se os problemas do interior.

Quanto aos emigrantes, disse que nunca os humilharia. Respeita-os pois são eles que podem salvar os destinos do concelho. É preciso investir em Montalegre fazê-lo no hotel será uma boa oportunidade de negócio. Tem falado com alguns emigrantes para ver se estão interessados pois era um bom investimento para a terra. Este hotel é fundamental para o desenvolvimento turístico e a sustentabilidade de vários projetos desenvolvidos pela Câmara e pelo sector empresarial local.

Disse que o facto do PSD se agarrar ao assunto dos emigrantes é vergonhoso. Fica-lhes mal e não foi nada disso que ele disse.

O líder espiritual e político pôs uma manchete no seu jornal sobre o Presidente da Câmara a dizer que denigre e humilha os emigrantes. O que ele disse foi que gostava que eles fizessem como fazem os Judeus relativamente a Israel e fazem os irlandeses emigrados na América que continuam a engrandecer os seus países. Foi um desabafo construtivo dizendo que os emigrantes investiram na construção das suas casas, mas em termos de investimento empresarial nunca o fizeram. Constatar esta evidência é não saber ver nem estar. É a política deles na sua mais pura e refinada expressão.

Frisou que respeita os emigrantes, tem família e amigos emigrantes e não se serve deles para conhecer mundo e conta com os emigrantes para acabar com o que resta do PSD.

Disse que todos os filões turísticos são ideias do Partido Socialista. Fez-se uma candidatura no valor de 800 mil euros para o centro documental das Minas da Borralha e vai-se comprar a casa da direção para valorizar a arqueologia mineira.

Quanto aos funcionários da Câmara a trabalhar em empresas privadas, disse que desconhece tal assunto.

Disse que o deputado Acácio Gonçalves demonstrou um súbito interesse por questões e causas humanistas que já têm 30 anos e tudo isto porque em 2016 não houve distribuição de alimentos, porque simplesmente não os houve para distribuição. Mas há cantinas sociais que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

fazem distribuição de alimentos, principalmente a crianças, e a Câmara não se faz política com isso. Gasta-se muito dinheiro com recuperação de habitações a quem está desamparado, e também não se faz política disso. O apoio dado às famílias com a doação de livros, refeições e transportes para os alunos de todo o concelho é uma realidade e não se faz política disso. Faz-se tudo o que o Governo do PSD não soube fazer.

Sobre a feira do fumeiro de Montalegre disse que foi esta que inspirou todas as feiras realizadas em todo o país e disso devemos todos orgulhar-nos.

Concorda que a serenidade na política, como em tudo, é precisa e é assim que gosta de viver, e a forma como aqui se dizem as coisas, revolta. Evite-se o espírito raivoso que em alguns corre nas veias e aconselha as pessoas a lerem Bento da Cruz.

Sobre o caminho das Godinhas disse que vai marcar com o Presidente da Junta e o Sr. Vasconcelos para localmente fazer a avaliação da situação.

Disse que as árvores partidas foram umas mimosas cortadas em terrenos.

Sobre o funcionário suspenso disse que se abriu um inquérito e foi o assunto encaminhado para o Ministério Público.

Sobre a compra do painel eletrónico disse que não há nada de ilícito na operação. Querem arranjar problemas onde não os há. As garantias foram dadas e será prestada localmente assim que haja um problema com o aparelho. Nada é inocente. Assim como não é inocente quando se publica a fotografia do Ricardo Moura com um cheque na mão.

Sobre a Academia de Futebol e Futsal Abelhas Azuis, disse que fez um bom trabalho e continuará a fazer. Uma das equipas já se consagrou campeã nacional.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Domingos Vasconcelos e Marco Sousa.

O deputado Domingos Vasconcelos disse não tem ódios por ninguém e que o Prof. Orlando Alves é um populista e consegue atrair o povo mas quando quer arrasar também o sabe fazer. Disse que o Presidente da Assembleia Municipal é um homem frontal mas eticamente não fica bem arrasar a oposição. Passou de Presidente da Assembleia para líder da bancada do PS. Passou de árbitro a jogador.

O deputado Marco Sousa, sobre a intervenção do deputado José Carlos Costa, disse que sempre o conheceu como uma pessoa séria, trabalhadora e dedicada. E com certeza foi isso que fez na Academia Abelhas Azuis.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Sobre o painel LED, disse que não põe em causa a colocação do painel pelo Paulo Barroso. Ele sabe que o Sr. Paulo Barroso tem outras empresas em seu nome. O que põe em causa é o facto de faturarem com a empresa de venda de cortinados e carpetes.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que o Presidente da Assembleia não perde a qualidade de deputado.

Posta à votação, a proposta apresentada pelo deputado Acácio Gonçalves foi rejeitada com vinte e quatro votos contra dos deputados José Gomes Rodrigues, Olímpia Vinhas, Manuel António Carvalho, Alberto Martins, João Soares, Manuel Duarte, António Ferreira, Aníbal Ferreira, Sandra Pinto, Fátima Crespo, Amadeu Fortunas, Ricardo Moura, Herculano Pereira, José Luís Nogueira, Vítor Carreira, Jaime Barroso, Paulo Barroso, José Carlos Costa, José Bento Caselas, Ana Isabel Dias, Paulo Pinto, António Reis, Daniel Afonso e Adriano Costa e com sete votos a favor dos deputados Albertina Lopes, Sofia Fernandes, Acácio Gonçalves, Domingos Vasconcelos, Marco Sousa, Pedro Barroso e José Fernando Moura.

O deputado Marco Sousa apresentou uma de moção de descontentamento ao programa da RTP1 "Prós e Contras" sobre o tema "Interioridade".

Posta à votação, a proposta apresentada pelo deputado Marco Sousa foi rejeitada com dezassete votos contra dos deputados José Gomes Rodrigues, Olímpia Vinhas, Manuel António Carvalho, António Ferreira, Aníbal Ferreira, Amadeu Fortunas, Ricardo Moura, Herculano Pereira, Vítor Carreira, Adriano Costa, José Carlos Costa, Jaime Afonso, Paulo Pinto, António Morais da Costa, António Reis, Ana Isabel Dias e Paulo Barroso, com sete votos a favor dos deputados Albertina Lopes, Sofia Fernandes, Acácio Gonçalves, Domingos Vasconcelos, Marco Sousa, Pedro Barroso e José Fernando Moura; e com dez abstenções dos deputados Manuel Duarte, Alberto Martins, João Soares, Fátima Crespo, Sandra Pinto, José Luís Nogueira, Daniel Reis, José Bento Caselas, João Paulo Anjo e Bruno Madeira

O deputado Manuel Duarte absteve-se na votação uma vez que não assistiu ao programa em questão.

4 – Período da Ordem do Dia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.1 - Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Pedro Barroso.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: "Em primeiro lugar acho que este documento deve conter o relatório de atividades entre Assembleias e se a última foi no final de Dezembro há aqui atividades que já não deviam aqui constar, como o Encontro micológico, o Halloween de Vilar de Perdizes, o Trail Running, etc. Sei que querem mostrar serviço mas não devia ser desta forma.

Li a notícia do site da Câmara da entrega do apoio à exploração de pequenos ruminantes, um total de 35 mil euros a 40 proprietários. Também fui ao arquivo e vi que no ano passado foram entregues 42 mil euros a 45 proprietários. Ora, a sua grande promessa eleitoral e que tem originado tanta propaganda, afinal não tem dado os resultados esperados. E o município tem gasto nisto umas migalhas comparando com o que gasta em eventos de um só dia ou fim-de-semana como o Rallycross, a Volta à Portugal ou a Noite das Bruxas. Também é verdade que foi feito um regulamento muito exigente e a que nem todos podem aceder. Mas, afinal o que está a falhar e o que é que o Sr. Presidente pensa fazer para dar mais sentido a esta medida? E eu deixo-lhe uma sugestão: Não discrimine os pequenos produtores. Muitas vezes são agricultores idosos, com reformas muito baixas, e que têm um pequeno rebanho para terem um extra ao fim do ano para pagar as despesas com a saúde ou a lenha para aquecer as suas casas frias. E lembro-lhe a diferença de tratamento dado no apoio à raça Barrosã onde são apoiados os pequenos produtores (até 30 animais) e neste caso só são apoiados os maiores produtores. Acho que devia haver mais coerência e ser dado o apoio à cabeça. O que tivesse 10 recebia por 10 e o que tivesse 250 recebia pelas 250.

Por fim, tenho que dizer que acho uma vergonha, e não lhe fica bem Sr. Presidente, a Câmara estar a usar os criadores de pequenos ruminantes para a sua propaganda política mandando fazer cheques gigantes para depois os mostrar na comunicação social, quando na verdade não deu mais que umas migalhas, e ainda explorou essa miséria. E já se falou aqui hoje de que algumas escolhas não são inocentes, mas também não foi inocente o destaque que o sítio do Município deu a certos produtores e que depois desencadearam as notícias e artigos referidos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Já agora, gostava de saber quanto gastou nesses cheques, pois se calhar ainda dava para apoiar mais um produtor. Assinado, o deputado municipal, Pedro Barroso.”

O Senhor Presidente da Câmara disse que longe vão os tempos em que o deputado Pedro Barroso queria ser militante do Partido Socialista. Ainda bem que não foi aceite, senão estaria hoje a falar bem da Câmara. Mas o veneno está-lhe no sangue e por isso expõe os problemas da maneira como o faz.

Perguntou como é que um homem ligado aos agricultores, não percebe que a autarquia queira motivar grandes rebanhos? Disse que o executivo tanto gasta 40 mil euros como gastaria 1 milhão se assim os munícipes quisessem. Montalegre tem o dinheiro espalhado pelos montes sem que muitos o vejam. Nós queremos motivar a criação de rebanhos em grande escala. Lamenta que a cegueira política não deixe tal ver.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2 – Pedido de apoio financeiro, formulado pela União de Freguesias de Meixedo e Padornelos destinado a apoiar a obra de construção da Casa Mortuária de Codeçoso;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Pedro Barroso e Domingos Vasconcelos.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “O senhor Presidente acusou-nos de estarmos cheios de ódio e a fazer uma pessoalização das críticas, mas quem fez a pessoalização foi o Presidente na sua última resposta.

Quanto ao ponto agora em discussão, e em primeiro lugar, quero que fique claro que vou (e a coligação também) votar a favor deste apoio, como votei sempre a favor de apoios semelhantes a este. Infelizmente é a sina do nosso concelho, fecham-se escolas e abrem-se casas mortuárias, mas depois vai-se dizer na comunicação social que estamos bem.

Penso que Codeçoso merece igual tratamento a outras localidades já beneficiadas com um apoio para a construção da casa mortuária, e já nem falo da de Montalegre que vai custar ao Município muitos milhares de euros. No caso de Lamachã, por exemplo, custou 37900,00 euros e a Câmara deu 20 mil. Por isso não posso aceitar que a Codeçoso só sejam dados 5 mil euros quando o pedido é de 15 mil euros. E quando, do total de custo de 35 mil euros, a população, através da Comissão de Compartes já deu 10 mil e a Junta outros 10 mil. Não era nada de mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

a Câmara contribuir com 15 mil euros até porque o executivo fez questão de estar em peso na sua inauguração no mês de Agosto do ano passado, fazendo disso política e publicando no site da Câmara, numa altura em que ainda nem um cêntimo tida dado.

Ainda assim, o pouco é melhor que nada e também não posso deixar de fazer alguns reparos à Junta desta União de freguesias e ao partido socialista. Toda a gente sabe que esta União de Freguesias (Meixedo e Padornelos) não é natural e foi forjada na comissão política do PS de Montalegre, única e exclusivamente para que o Sr. Ricardo Moura tentar se perpetuar no poder. Acontece que não existe uma verdadeira união e a Câmara tem contribuído para isso, pois ainda não melhorou, como era sua obrigação, a via de acesso mais rápida de Padornelos e Meixedo, pela pista, onde inclusive passam autocarros com crianças e é perigosa.

Há que dizer também que este documento é falacioso nos seus argumentos ao dizer que esta Junta tem como prioridade para este mandato "munir todas as aldeias da freguesia com casa Mortuária". E é falacioso porque a Junta omite uma localidade que é Sendim, e que tem sido votada ao abandono e que, por sinal, até já pertencia à antiga freguesia do Sr. Ricardo Moura. Presidente que faz questão de dizer nas assembleias de freguesia que não faz nada em Sendim. A Câmara deve estar atenta para que haja igual tratamento dos 4 lugares (Meixedo, Codeçoso, Padornelos e Sendim).

Também não posso deixar de criticar a referida Junta pela simplicidade e falta de qualidade do documento do pedido enviado à Câmara pois fala num custo de 35 mil euros mas não apresenta orçamento ou sequer comprovativos das despesas já efetuadas. Isto é um sinal claro de incompetência e só pode ter sido essa a justificação para a Câmara ter doado apenas 5 mil euros. Assinado, o deputado municipal Pedro Barroso."

O deputado Domingos Vasconcelos disse que este pedido de financiamento deve ser aprovado e apoia a iniciativa do Presidente da Junta e espera que se alargue a outras freguesias. A freguesia de Ferral tem 9 aldeias e 3 cemitérios e nenhuma tem casa mortuária. Fazem falta e os outros presidentes da junta deviam seguir as pegadas deste.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.3 – Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2017 / Artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela lei nº 22/2015;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.4 – Aquisição de Serviços de Auditoria Externa;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.5 – Proposta de alienação do prédio denominado “Quinta da Veiga”, formulada pela DGTf;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Marco Sousa e Pedro Barroso.

O deputado Marco Sousa disse que o PSD é a favor da aquisição do espaço.

Perguntou se a modalidade de pagamento é exigência das finanças e se não será melhor pagar a pronto. As taxas de juros estão em mínimos históricos e é o momento indicado para pedir empréstimo ou para pagar a pronto. Como a Câmara tem em depósitos a prazo 3 milhões de euros, poder-se-ia ponderar outra forma de pagamento. Se se fizer o empréstimo serão pagos mais 40% de juros sobre o valor inicial. Julga que seria desnecessário. Se queremos beneficiar o presente, não deveríamos passar dívidas para o futuro.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “Considero uma excelente oportunidade para se comprar a Quinta da Veiga ao Estado, pois o valor acordado não é excessivo. Também concordo com o disse o meu colega Marco Sousa, que não é muito aceitável este plano de pagamentos que vai onerar a Câmara no final dos 15 anos em mais de 400 mil euros de juros.

Por outro lado, o que me preocupa também é a finalidade que vai ser dada aquele imóvel. Li na referida entrevista do Presidente ao Correio do Minho que uma das possibilidades é criar ali o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Museu do Mundo Rural. Eu pensava que esse museu já existia e que era o Ecomuseu. Por favor não me venham falar já de museus outra vez pois acho que o nosso concelho já está “farto de dar para esse peditório”. Uma Quinta destas tem de produzir alguma coisa, gerar riqueza e não vir a ser mais uma fonte de despesa para o Município. Criem-se condições de vida e empregos para os jovens, aumente-se o PIB per capita para que as pessoas não emigrem e depois invista-se mais em museus. Por agora chega! Assinado, o deputado municipal Pedro Barroso.”

O Senhor Presidente da Câmara disse que a modalidade de pagamento foi feita pela Câmara mas quando se achar oportuno amortizar não há qualquer penalização.

Disse que é compatível a atividade agrícola com a musealização do espaço, mas isso não é taxativo. O importante agora é selar a compra, embora não seja uma obra prioritária. É o procedimento que se deve cumprir se se quer comprar um bem.

Inscreveu-se para segunda intervenção o deputado Marco Sousa.

O deputado Marco Sousa disse que concorda com o Presidente da Câmara quando este diz que tem projetos mais urgentes e imediatistas como é o caso da estrada para Chaves. É uma obra urgente.

Disse ainda que pagar 450 mi euros de juros não parece que seja a melhor solução para o negócio. É trabalhar muito para os bancos e não o devemos fazer.

O senhor Presidente da Câmara disse que é o que faz toda a gente quando não tem dinheiro e quer comprar casa ou carro.

Deliberação: Aprovado por maioria com quatro abstenções dos deputados Marco Sousa, Domingos Vasconcelos, Pedro Barroso e Fernando Gomes Rodrigues.

4.6 - Minuta de contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, no âmbito do regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.7 – Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Ana Maria Martins Fernandes, residente na rua Casal de Marcos, nº 186, Montalegre, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11);

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.8. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Leonor Jesus Carvalho Vaz Silva, residente na rua Central nº 7, Alto Fontão, Cervos, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11);

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.9. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Amílcar António Carvalho Cardoso, residente na rua da Fonte, nº 25, Pincães, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11);

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.10. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Amílcar António Carvalho Cardoso, residente na rua da Fonte, nº 25, Pincães, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11);

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.11. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Amílcar António Carvalho Cardoso, residente na rua da Fonte, nº 25, Pincães, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11);

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.12. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Alexandre Dionísio Silva Antunes residente em Mourilhe, União das Freguesias Cambeses, Donões e Mourilhe, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.13. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Fernanda Maria Antunes Gonçalves Silva, residente na rua Principal, nº 15, Santa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Marinha, Ferral, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11);

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.14. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Nuno Sousa Afonso Júnior, residente na rua das Coalheiras, nº 11, Pereira, Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11);

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.15. Proposta de Regulamento do Prémio Literário "Bento da Cruz";

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Pedro Barroso, João Soares, José Fernando Moura e Acácio Gonçalves.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: Ainda que considere importante e oportuno que a nossa Câmara crie um prémio literário, talvez até para uma seleção mais apropriada das obras que vai patrocinando, acho que só o deveria realizar de dois em dois anos pois não há produção literária de qualidade suficiente para se realizar todos os anos. Não considero o prémio de 10 mil euros excessivo e sei que o Presidente nem sequer acredita (ou não deveria acreditar) no que acabou de dizer, que com este prémio vai pôr os grandes autores nacionais a escrever sobre o Barroso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Mas o que me preocupa mais profundamente, tal como disse o meu colega Acácio Gonçalves, é o ponto 12º do regulamento, que diz que “cabe ao Município designar o júri de 3 elementos”. Ora, quando temos uma Câmara e um Presidente que não se coíbe de dizer publicamente que “primeiro estão os nossos”, levantam-se logo dúvidas quanto à idoneidade do júri que esta irá designar. Seria muito mais coerente, por exemplo, registar o prémio no ministério da Cultura e ser este a designar o júri, ou pedir às associações Transmontanas de autores como o Grupo Aqua Flaviae ou a Academia de Letras Transmontana para designarem o júri. Isso até conferiria uma maior legitimidade ao vencedor.

Para terminar digo-lhe Sr. Presidente, quando quiser falar sobre livros e autores, seja Bento da Cruz ou outro, convide-me que eu terei muito prazer em dar-lhe lições. Sobretudo em como tratar bem os livros e os autores, pois há um caso flagrante que vai acabar por vir a esta Assembleia e o Presidente sabe disso. E já agora, uma vez que me desafiou a criar um rebanho para concorrer ao apoio aos pequenos ruminantes, eu a si desafio-o para escrever um livro. Assinado, o deputado municipal Pedro Barroso”.

O deputado João Soares disse que não podia estar mais de acordo com o proposto. Pôr gente a ler Bento da Cruz é a melhor homenagem que se pode fazer.

Felicitou a Vereadora pois o regulamento está muito bem feito e completo e salvaguarda a anulação do concurso caso não haja qualidade nas propostas apresentadas.

Disse que a DST, uma empresa privada com sede em Braga, também promove um concurso literário para quem promova a cidade de Braga.

O deputado José Fernando Moura questionou quais são os critérios na escolha do júri.

O deputado Acácio Gonçalves disse que o regulamento está muito bem feito mas não concorda com o artº12 e quanto à composição do júri, dizendo que este deveria ser mais diverso e não deveria ser designado pela Câmara. Não tem lógica que a Câmara constitua os três membros do júri.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a Sociedade Portuguesa de Autores e a Universidade do Minho é que designam os membros do júri. Oportunamente serão divulgados os nomes. Foram convidados ilustres autores. Espera-se que aceitem.

Deliberação: aprovado por maioria com três abstenções dos deputados Acácio Gonçalves, Pedro Barroso e Albertina Lopes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Acácio Gonçalves fez uma declaração de voto pelo facto do artº12 não ser corrigido e por não se saberem quais os membros que constituem o júri.

4.16. Representantes a designar pela Assembleia Municipal para fazerem parte da CPCJ de Montalegre;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Ferreira, Acácio Gonçalves, Marco Sousa e Domingos Vasconcelos.

O deputado António Ferreira disse que as deputadas Ana Maria Martins e Clotilde Gomes estão impossibilitadas de assistirem às reuniões da CPCJ para as quais são convocadas, porque veem as faltas injustificadas na sua atividade profissional.

Em representação da bancada do Partido Socialista, propôs como representantes para a CPCJ de Montalegre as senhoras Fátima Crespo, Ana Isabel Dias, Ana Maria Barros Martins e Maria Clotilde Magalhães Gomes, considerando que são cidadãs que revelam especiais conhecimentos e capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo.

O deputado Acácio Gonçalves entregou à Mesa da Assembleia Municipal uma proposta através da qual propôs que os elementos que devem constituir a CPCJ designados pela Assembleia Municipal devem ser designados pelo método de Hont em que serão três elementos do PS, Ana Maria Barros Martins, Maria Clotilde Santos Magalhães Gomes e Maria de Fátima Silva Crespo, e um da Coligação PSD/CDS, Marco Sousa.

A proposta apresentada pelo deputado Acácio Gonçalves foi rejeitada pela Mesa da Assembleia Municipal pelo facto de na lista apresentada para representantes para a CPCJ de Montalegre constarem três nomes que também constam da lista apresentada pelo deputado António Ferreira.

O deputado Marco Sousa disse que a proposta do deputado Acácio Gonçalves pode ser interessante pois uma pessoa indicada pela coligação pode dar uma mais-valia para o projeto em questão, tendo em conta que a lista da coligação nunca seria eleita pois estão em minoria.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Domingos Vasconcelos disse que o que está em causa não é o método mas sim a apresentação de listas. A coligação não apresentou nenhuma lista. O PS apresentou uma lista e por isso ganha.

A Senhora Vereadora Fátima Fernandes começou por dizer, em resposta a questões colocadas sobre a limitação dos mandatos, que os mandatos da comissão alargada são de três anos, há a possibilidade de fazer 3 mandatos, ou seja, 9 anos.

Quanto à eleição, sendo nominal, disse que é por voto secreto. A bancada do PS apresentou uma lista com 4 membros para fazerem parte da comissão alargada. Pode haver outras propostas: ou em lista de 4 membros ou então ser votação nominal e individual. As pessoas que foram apresentadas pelo PS aceitaram previamente fazer parte desta comissão e pensa que coligação não falou com essas pessoas, mas não sabem se elas aceitariam a proposta.

Acrescentou que para se utilizar o método de hondt tem de haver listas.

Deliberação: a proposta apresentada pelo Partido Socialista, denominada como LISTA A, onde constam os nomes das senhoras Fátima Crespo, Ana Isabel Dias, Ana Maria Barros Martins e Clotilde Magalhães Gomes foi aprovada por maioria e por escrutínio secreto, com vinte e dois votos a favor, oito votos brancos e quatro votos nulos.

4.17. CPCJ / Relatório Anual de Atividades e Avaliação, relativo ao ano de 2016;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções

A Assembleia tomou conhecimento.

4.18. EHATB / Relatórios de Execução Orçamental 3º trimestre 2016 / Para conhecimento;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções

A Assembleia tomou conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.19. EHATB / Plano de Atividades e Orçamento para 2017 / Para conhecimento;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções

A Assembleia tomou conhecimento.

4.20. AMAT / Opções do Plano e Orçamento para 2017 / Para conhecimento;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções

A Assembleia tomou conhecimento.

5 – Período após a ordem do dia.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi esta minuta lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que terminada a discussão da ordem do dia e não havendo público que manifestasse vontade de intervir, deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Fernando José Gomes Rodrigues

O 1º Secretário

Manuel da Silva Carvalho

O 2º Secretário

Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas